

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O tema: sua justificativa e importância

Delimitação da matéria

Formulação da hipótese

1 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.1 Jurisdição

1.2 Competência

1.2.1 Classificação da competência

1.3 Relação de trabalho na competência trabalhista

2 – EVOLUÇÃO DA COMPETÊNCIA NUCLEAR DA JUSTIÇA DO TRABALHO: DA RELAÇÃO DE EMPREGO À RELAÇÃO DE TRABALHO

2.1 Direito estrangeiro

2.2 Evolução constitucional no Brasil

2.2.1 Constituição Política do Império do Brasil de 1824

2.2.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891

2.2.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934

2.2.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937

2.2.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946

2.2.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e Emenda Constitucional 1/1969

2.2.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

3 – DA RELAÇÃO JURÍDICA

3.1 Conceito

3.2 Elementos

4 – DA RELAÇÃO DE TRABALHO

4.1 Trabalho e relação jurídica

4.2 Trabalho: breve evolução

4.3 Dignidade da pessoa humana e direito ao trabalho como direito social fundamental

4.4 Trabalho: conceito

4.5 Relação de trabalho e relação de emprego

4.6 Relação de trabalho e relação de consumo

4.7 Relação de trabalho e serviço prestado por empresa

4.8 Relação de trabalho e relação societária

4.9 Relação de trabalho e relação associativa

4.10 Relação de trabalho e ilícito penal

4.11 Relação de trabalho e competência trabalhista: controvérsias

- 4.12 Relação de trabalho e competência trabalhista: delimitação
 - 4.12.1 Competência trabalhista na falência e recuperação de empresa
- 4.13 Conclusões preliminares

5 – RELAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO

- 5.1 Caracterização
- 5.2 Relação de trabalho autônomo e competência trabalhista
- 5.3 Representação comercial autônoma e competência trabalhista

6 – RELAÇÃO DE TRABALHO EVENTUAL E AVULSO

- 6.1 Trabalho eventual e competência trabalhista
- 6.2 Trabalho avulso e competência trabalhista

7 – RELAÇÃO DE TRABALHO GRATUITO

- 7.1 Caracterização
- 7.2 Trabalho gratuito e competência trabalhista

8 – RELAÇÃO DE TRABALHO COM ENTES DE DIREITO PÚBLICO EXTERNO

- 8.1 Sujeitos de Direito Público Internacional e competência trabalhista
- 8.2 Imunidade de jurisdição e Justiça do Trabalho

9 – RELAÇÃO DE TRABALHO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 9.1 Modalidades de agentes públicos
- 9.2 Entes da administração pública e competência trabalhista
- 9.3 Conclusões do capítulo

10 – RELAÇÃO DE TRABALHO E DANOS DECORRENTES

- 10.1 Danos morais e materiais trabalhistas
- 10.2 Danos morais e materiais e competência trabalhista
- 10.3 Conclusões do capítulo

11 – RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

- 11.1 Sistema sindical e conflitos de representação
- 11.2 Atividades e conflitos sindicais
- 11.3 Relações coletivas de trabalho e competência trabalhista
- 11.4 Greve e competência trabalhista
- 11.5 Conflitos coletivos de trabalho e competência trabalhista
 - 11.5.1 Dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica
 - 11.5.2 Dissídio coletivo de trabalho e jurisdição
 - 11.5.3 Dissídio coletivo de greve instaurado pelo Ministério Público do Trabalho
- 11.6 Conclusões do capítulo

**12 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO:
ADEQUAÇÃO DO NÚCLEO DA COMPETÊNCIA
TRABALHISTA**

12.1 Justificativa

12.1.1 Relações individuais de trabalho

12.1.2 Relações coletivas de trabalho

12.1.3 Relações previdenciárias e de consumo

**CONCLUSÃO
BIBLIOGRAFIA**